

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: março de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rura

Índice

Kátia Abreu defende protagonismo do produtor para garantir alimento seguro – Sítio Eletrônico da CNA – 02/03/2010	3
Reconhecimento da alimentação como direito social é comemorado em reunião do Consea – Sítio Eletrônico do MDS – 03/03/2010	4
Cresce pressão agrícola sobre a inflação – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2010	5
Alimentos pressionam custo de vida em SP – Fernando Taquari – Valor Econômico – Brasil – 10/03/2010	7
A falsa premissa do preço dos alimentos – Edmundo Klotz – Folha de São Paulo – Opinião – 11/03/2010.....	7
Centro-Oeste vive novo ciclo de investimentos no setor de alimentos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Especial – 11/03/2010	9
Para a tradicional Goiás Verde, concorrência é bem-vinda – Mauro Zanatta – Valor econômico – Especial – 11/03/2010.....	11
População aprova combate à fome – MDS – 17/03/2010	12
Brasil debate segurança alimentar e água com Rússia, Índia e China – MDA – 25/03/2010	13
MDS investirá R\$ 28 milhões na agricultura familiar – MDS – 25/03/2010	13
Brasil, Rússia, Índia e China implantam controle para estoques de alimentos MDA – 29/03/2010	15
Só ciência não basta para elevar oferta de alimentos - Laurie Goering – Valor Econômico – Agronegócios – 30/03/2010	16

Kátia Abreu defende protagonismo do produtor para garantir alimento seguro –
Sítio Eletrônico da CNA – 02/03/2010

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), convocou os produtores rurais para assumir papel protagonista nas discussões para assegurar a marca do alimento saudável para os produtos brasileiros. “É uma exigência que teremos de atender. Por isso, nós é que temos que nos adiantar e puxar os debates, não puxados a reboque”, disse a senadora, ao falar para dirigentes de 86 sindicatos rurais do Rio Grande do Sul, no segundo dia do programa Campo vai à CNA, que receberá nesta semana lideranças sindicais de Mato Grosso e Goiás, que terão a oportunidade de conhecer as ações e bandeiras defendidas pela entidade e as ações elaboradas por CNA, SENAR e Instituto CNA.

Segundo Kátia Abreu, a entidade já está pondo em prática ações para que os produtos agropecuários brasileiros tenham sua qualidade assegurada e conquistem o selo do alimento saudável. Na parte ambiental, ela falou às lideranças sindicais gaúchas sobre o Projeto Biomas, uma parceria entre CNA e Embrapa, que terá investimentos de R\$ 20 milhões em nove anos, para compatibilizar a produção de alimentos com a preservação do meio ambiente. “Vamos envolver quase mil especialistas acadêmicos para que o projeto tenha sustentação científica, além de quatro mil instrutores do SENAR e os mais de dois mil sindicatos rurais no Brasil. Vamos conscientizar o produtor de que, com a produção sustentável, sua fazenda valerá mais e seu negócio será mais lucrativo”, argumentou.

A senadora também enfatizou que o projeto dará importante contribuição para os debates sobre o Código Florestal. “O Código não deve ser votado neste ano por ser período eleitoral. Com isso, haverá tempo para apresentar resultados onde a ciência terá papel fundamental, decidindo onde se deve produzir e preservar e reforçando a necessidade da competência concorrente para legislar sobre questões ambientais. A União definira as normas gerais e os estados as normas específicas, de acordo com suas características de Áreas de Preservação Permanente (APP)”, acrescentou.

Na questão trabalhista, ela defendeu mudanças na Norma Regulamentadora (NR) 31, do Ministério do Trabalho, que rege as regras trabalhistas para patrões e empregados no setor rural, com 252 exigências. “A lei contém muitos pontos positivos, mas também há excessos que são inaplicáveis e, se retirados, não farão falta aos trabalhadores”, justificou, e completou falando que o SENAR, por meio do programa Mãos que Trabalham, tem orientado os produtores quanto ao cumprimento da legislação. Ela informou que, no próximo mês, será divulgado um estudo que mostrará o avanço do setor em relação à legislação laboral e que mostrará que há muitos dispositivos inaplicáveis na NR 31.

Outra ação mencionada por Kátia Abreu, que será divulgada em breve, trará uma radiografia da educação no campo, diante da inexistência de indicadores que avaliem a qualidade do ensino na zona rural. “Vamos mostrar que a educação é um dos principais vazios institucionais do campo e que a situação é desastrosa”, disse a presidente da CNA e do Conselho Deliberativo do SENAR às lideranças sindicais gaúchas, cuja comitiva foi liderada pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio

Grande do Sul (FARSUL), Carlos Rivaci Sperotto. Os deputados federais Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Afonso Hamm (PP-RS) prestigiaram o evento.

Reconhecimento da alimentação como direito social é comemorado em reunião do Consea – Sítio Eletrônico do MDS – 03/03/2010

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que também é secretário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), ressaltou que a fome e a desnutrição são inaceitáveis

“Há um sentimento no Brasil de que a fome, a desnutrição, a má alimentação, a insegurança alimentar, a pobreza e a exclusão social são inaceitáveis”. Com essas palavras, o ministro se uniu aos participantes da XV reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) que, nesta quarta-feira (3/3), celebravam em Brasília a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais. Ainda sobre a constitucionalização do direito à alimentação, o ministro inovou, lançando até um slogan – “A fome é inconstitucional; a alimentação é legal”.

Patrus Ananias defendeu que o País tenha estoques de alimentos para ajudar outros países. “Estive no Haiti há dois anos e meio e agora na semana passada, em ambas ocasiões com o presidente Lula. A experiência do Haiti mostra que é necessário um Estado democraticamente forte. Assinamos dois convênios para levar até eles as cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) porque mais de 80% da população vive abaixo da linha da pobreza”. O ministro falou, ainda, sobre o trabalho de regulamentação jurídica das ações da Pasta que coordena, como o PAA, os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos e o Programa de Cisternas.

Participaram da mesa de abertura, além do ministro Patrus Ananias, o presidente do Consea, Renato Maluf e os deputados federais Nazareno Fonteles (PT/PI) e Emília Fernandes (PT/RS). Sobre a Emenda Constitucional 64, Maluf afirmou que “direito humano é direito quando o portador desse direito o conhece e o exige”. E completou: “devemos trabalhar para difundir nossa conquista”.

Em seu discurso, o deputado federal Nazareno Fonteles disse que “a constitucionalização é um caminho, mas temos que caminhar ainda mais. Que esse direito cada vez mais se concretize e que a fome, daqui a alguns anos, seja erradicada”. A deputada federal Emília Fernandez descreveu o próximo desafio: “Ganhamos uma batalha, mas a grande guerra está a nos desafiar. O fortalecimento da cidadania será o dia em que todos tiverem um prato na mesa”.

No final da manhã, as comissões permanentes do Consea fizeram uma avaliação do órgão. A reunião prossegue até as 17h30, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel; do secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães; do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do

MDS, Crispim Moreira; dos presidentes dos Conseas Estaduais, além de conselheiros titulares e suplentes e observadores.

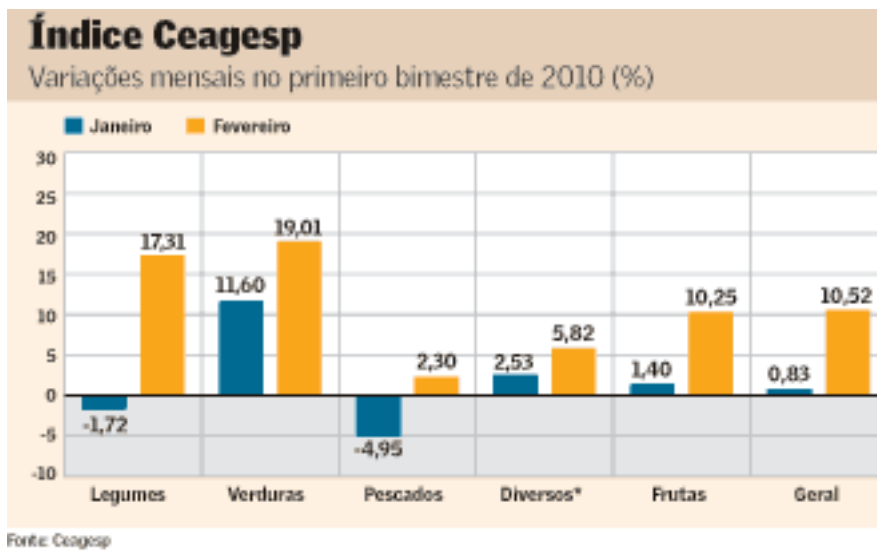
Também na pauta desta plenária - em que serão definidas as metas do Consea para 2010 - está uma homenagem à ex-conselheira Dra. Zilda Arns, que morreu vítima do último terremoto ocorrido no Haiti. Ela foi conselheira do órgão no período de 2003 à 2007, representando a Pastoral da Criança. O senador Flávio Arns (PSDB/PR), sobrinho da ex-conselheira, é um dos convidados.

Os ministros Samuel Pinheiro Guimarães e Guilherme Cassel apresentam, ainda hoje, o Projeto Brasil 2022, lançado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). É um projeto de longo prazo, que pretende comemorar os 200 anos da Independência com “um país socialmente justo, economicamente forte, ambientalmente sustentável, democraticamente estável e eticamente respeitável”. Para isso, definirá compromissos e esforços para alcançá-los.

Cresce pressão agrícola sobre a inflação – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2010

Ainda foram significativos os reflexos das chuvas sobre os preços agrícolas praticados no campo e no atacado paulistas em fevereiro. A entressafra de alguns produtos e o menor plantio de outros também pesaram, mas as consequências das precipitações acima da média nos últimos meses tiveram papel decisivo nas fortes valorizações observadas.

Como informou ontem o **Valor**, o IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, fechou fevereiro com alta de 10,26%, a maior variação desde que o indicador foi relançado com novas ponderações, em fevereiro de 2007. O salto foi determinado pelo comportamento das cotações no grupo de produtos de origem vegetal, que, em média, subiu 13,24% no mês.



A disparada foi liderada por ganhos obtidos na venda de laranja para mesa (93,42%), tomate para mesa (75,62%) e laranja para indústria (34,25%). Segundo o IEA, as "laranjas" refletiram a combinação entre entressafra, redução ainda maior da oferta graças a chuvas na florada da safra, no segundo semestre do ano passado, e aumento da demanda por causa das elevadas temperaturas nos meses de calor. Já o tomate sofreu com as chuvas recentes, que "quebrou" a regularidade das entregas dos produtores.

Pelo mesmo motivo, o tomate está entre os produtos que mais subiram na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) em fevereiro e no primeiro bimestre. No mês passado, aumentou 60,89%. No Índice Ceagesp, que mede o comportamento de uma cesta de 105 produtos frescos e referencia as oscilações no atacado paulista, o tomate faz parte da categoria "legumes", que subiu 17,31% em fevereiro.

Em geral, o Índice Ceagesp subiu expressivos 10,52% no mês passado, o que elevou a variação positiva do primeiro bimestre para 11,44% e o salto nos últimos 12 meses para 12,45%. "As chuvas e as altas temperaturas acentuaram a redução no volume ofertado de legumes e verduras. Já a qualidade das folhas e dos legumes mais sensíveis ao tempo também foram bastante prejudicados. Com isso, os preços desses setores continuam extremamente elevados", informou a Ceagesp.

Em fevereiro, a valorização das verduras superou inclusive a dos legumes. Foi de 19,01%, com destaque para salsa (53,81%) e repolho (34,34%). As frutas, alavancadas pela disparada de 48,97% da laranja pera, subiram, em média, 10,25% no mês. Mas alternativas como o abacaxi havaí, por exemplo, tiveram queda de preços (22,56%). Com altas como a de 15,95% do ovo branco, o grupo "diversos" subiu 5,82%. E os pescados, finalmente, subiram 2,3%.

Alimentos pressionam custo de vida em SP – Fernando Taquari – Valor Econômico – Brasil – 10/03/2010

O Índice de Custo de Vida (ICV) na capital paulista avançou 0,59% em fevereiro, influenciado pelo aumento no preço dos alimentos. Apesar disso, o resultado no mês passado, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi 1,13 ponto percentual menor do que o registrado em janeiro (1,72%).

A inflação dos alimentos no período foi de 1,19%. Com isso, o grupo contribuiu sozinho com 0,33 ponto percentual do ICV de fevereiro. Houve crescimento de 1,91% para os produtos in natura e semielaborados, de 0,82% na indústria alimentícia e 0,28% no alimentação fora do domicílio.

"O resultado pode ser creditado às frequentes chuvas, que fizeram com que produção dos alimentos in natura e semielaborados ficasse muito ruim. Isso levou a uma diminuição na oferta e, por tabela, um aumento nos preços", afirmou Cornélia Nogueira Porto, coordenadora do ICV do Dieese.

Segundo ela, os demais subgrupos registraram elevações dentro da margem. "A expectativa é que a inflação nos alimentos pare de subir nos próximos meses. Afinal, não temos nada que possa pressioná-la, uma vez que as chuvas deram uma trégua."

Cornélia ressaltou que a inflação neste grupo ainda não preocupa e está abaixo do avanço apurado no ano passado em taxas anualizadas. Enquanto em janeiro e fevereiro de 2009 houve alta de 8,4% e 8,2%, respectivamente, em 2010, a expansão foi 3,8% no primeiro mês do ano e 5,3% no mês passado.

Os grupos habitação (0,87%) e transporte (0,41%) também serviram para pressionar a inflação em fevereiro. No primeiro caso, pesou o maior custo para locação, impostos e condomínio, com alta de 1,24%, consequência, principalmente do aumento no condomínio (4,33%). Com relação ao segundo grupo, a principal influência foi verificada no transporte individual (0,47%), reflexo da expansão nos preços dos combustíveis. A pressão na inflação desses grupos foi compensada em grande medida pelo recuo nas taxas de vestuário (-0,79%) e equipamento doméstico (-0,29%).

O Dieese também calculou a inflação para três faixas de renda. Para famílias com renda média mensal de até R\$ 377,49, o crescimento dos preços foi de 0,61%. No caso da população intermediária (renda média de R\$ 934,17), a inflação subiu 0,63%. Já para a faixa de maior renda (até R\$ 2.792,90), houve avanço de 0,58%.

A falsa premissa do preço dos alimentos – Edmundo Klotz – Folha de São Paulo – Opinião – 11/03/2010

É RECORRENTE a prática existente no Brasil, em especial em alguns segmentos do setor público e nichos dos formadores de opinião, de fazer diagnósticos incorretos sobre problemas nacionais. O mais grave é que a percepção distorcida de cenários e tendências acaba comprometendo a eficácia das soluções, prejudicando muito a economia, a sociedade e o país. Exemplo atualíssimo desse fenômeno cultural verifica-se na perigosa generalização quanto à pretensa pressão dos alimentos sobre o IPCA acumulado do primeiro bimestre (1,54%), que acaba de ser divulgado. Analisa-se, a rigor, um fenômeno de causa sazonal (as chuvas recordes) como se fosse algo de caráter estrutural do setor de alimentos. Neste momento em que o Brasil emerge da grave crise mundial, não é hora de perder tempo com falsas premissas. Assim, é preciso esclarecer o que está acontecendo: o aumento de preços dos alimentos refere-se a produtos in natura. É óbvio que as chuvas prejudicam sua produção, efetuada, de modo mais acentuado, nos cinturões verdes, no entorno dos grandes centros de consumo. Verduras, legumes e hortaliças têm ciclo de produção muito rápido e são suscetíveis às oscilações climáticas, o que se reflete nos preços. Por outro lado, os produtos da indústria de alimentação não refletem essas sazonalidades, pois seu ciclo é de médio e longo prazo. Por isso, seus preços continuam estáveis e não exercem nenhuma pressão nos preços gerais da economia e, portanto, no tocante à inflação. É preocupante verificar que o setor, que tem sido decisivo para a economia brasileira, começa a ser injustamente apontado como um dos causadores de aumento inflacionário. Para ter ideia do significado de sua contribuição para a produção industrial e a balança comercial do país, é importante recorrer a alguns dados: em 2008, no período pré-crise, as exportações brasileiras totais foram de US\$ 197,94 bilhões, e as importações, de US\$ 172,98 bilhões, gerando saldo comercial de US\$ 24,96 bilhões. No mesmo ano, as vendas externas de alimentos processados (industrializados e semielaborados) totalizaram US\$ 33,30 bilhões, e as importações, US\$ 3,36 bilhões, resultando em superavit de US\$ 29,94 bilhões. Ou seja, sem o superavit do setor, teríamos tido um saldo de toda a balança comercial menor. Em 2009, em pleno ano da crise, as exportações brasileiras foram de US\$ 152,99, e as importações, de US\$ 127,64 bilhões, com saldo positivo de US\$ 25,35 bilhões. As vendas externas de alimentos industrializados totalizaram US\$ 30,86 bilhões, e as importações, US\$ 3,16 bilhões, gerando superavit de US\$ 27,70 bilhões. Ou seja, em 2009, a indústria brasileira da alimentação ainda financiou em US\$ 2,35 bilhões o saldo total da balança comercial brasileira. Em 2010, o setor deverá experimentar crescimento da produção em torno de 4,5%. Suas vendas deverão ter incremento real de 5%. A estimativa para o total das exportações é de US\$ 32 bilhões, ainda assim aquém do montante das exportações no período pré-crise global em 2008. Em 2009, enquanto grande parte dos segmentos demitiu e reduziu a massa salarial, a indústria da alimentação (alimentos e bebidas) ampliou em 15 mil empregos diretos o seu contingente de trabalhadores. Neste ano deverá criar cerca de 45 mil novos postos de trabalho. Quanto ao preço dos alimentos ao consumidor, os dados da Fipe/USP mostram que, no acumulado de 2009, os alimentos industrializados correram abaixo da inflação, ou seja, 2,85%, contra o índice geral de 3,65%. Já os preços dos produtos in natura, que não sofrem nenhum processamento industrial,

cresceram 13,83%, e o preço das refeições fora do lar, que também compõe o item alimentação do Índice Fipe, 7,98%. Fica clara, portanto, a impertinência de imputar à indústria alimentícia responsabilidade pela pressão inflacionária. É preciso estar alerta, evitando que a cultura dos diagnósticos equivocados acabe suscitando danos a uma atividade que muito tem contribuído para a economia do país. Aliás, cabe outra ressalva: não culpemos tampouco as alfaces e os tomates, comprados na feira nossa de cada dia. Quando as águas de março fecharem o verão, a oferta voltará ao normal e seus preços irão se estabilizar. Assim, é desnecessário aumentar juros ou adotar outras medidas monetárias emergenciais. Afinal, nossa economia vai bem, e os alimentos industrializados, tenham certeza, não ameaçam a meta inflacionária.

EDMUNDO KLOTZ é presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação.

Centro-Oeste vive novo ciclo de investimentos no setor de alimentos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Especial – 11/03/2010

A vocação natural dos chapadões de Goiás para o agronegócio tem estimulado uma nova onda de investimentos da indústria de alimentos na região Centro-Oeste. Água abundante, alta tecnologia nas lavouras, diversidade de matérias-primas, incentivo fiscal e proximidade de grandes centros consumidores desataram uma intensa corrida por grãos, cereais, hortas e pomares no Brasil Central.

O novo Eldorado tem como epicentro a cidade goiana de Cristalina, a 120 quilômetros ao sul de Brasília. Maior Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do Estado e 21º do país, a cidade de 40 mil habitantes vive um momento de euforia, algo inédito desde o fim do garimpo de cristais, no início do século passado. Mas a aposta da agroindústria na região tem um alcance mais amplo. Municípios como Luziânia, Orizona, Goiandira e Morrinhos animam a febre da industrialização do campo, cujo investimento total deve ultrapassar R\$ 1 bilhão nos próximos três anos.

Dona da maior área irrigada por pivôs centrais na América Latina, Cristalina conta os dias para o início das operações de três grandes fábricas de conservas e atomatados. "Vamos sair do amadorismo para um modelo altamente profissional", diz a líder empresarial Joana D'Arc Assad, dona do principal magazine local. O ânimo renovado se explica pela atração de R\$ 500 milhões em investimentos e a geração de 3 mil empregos diretos. "É a reversão de um processo de esvaziamento histórico", afirma o prefeito Luiz Carlos Attiê (DEM).



Atrás de cada nova indústria, Cristalina espera receber outras seis empresas - de embalagens a transportes, de manutenção a serviços. Os fatores decisivos são semelhantes aos motivos que levaram grandes frigoríficos, como Perdigão e Sadia, a migrar para o Centro-Oeste no fim dos anos 1990. Custos baixos, mão de obra barata, logística privilegiada e produção de até quatro safras por ano alimentam a nova onda de prosperidade industrial.

Encravada em meio a 20 mil hectares de lavouras, a multinacional francesa Bonduelle reflete a tendência na região. Em agosto, abrirá as portas de uma planta de R\$ 115 milhões, que processará 120 mil toneladas anuais de milho, ervilha, brócolis, couve-flor, cenoura e beterraba. Líder mundial na industrialização de vegetais, a empresa já planeja os primeiros embarques à Argentina. "Seremos uma plataforma para os mercados da América Latina e Estados Unidos", diz o diretor da empresa, João Alves Neto, que administrará 500 empregados no auge da produção.

Antes mesmo da nova onda industrial, Cristalina já exibia o 16º PIB entre os 246 municípios de Goiás. Com altitude média de 1.200 metros, a cidade tem hoje 570 pivôs, responsáveis por irrigar 48 mil hectares com a água de 256 riachos e ribeirões. "Mas podemos triplicar essa área em pouco tempo", calcula o dirigente rural Alécio Marostica.

Cliente antiga das indústrias da região, a paulista Fugini Alimentos já reservou lugar na ascensão local. A nova fábrica de R\$ 90 milhões da empresa será inaugurada no aniversário de Cristalina, em 18 de julho. À beira da BR-040, uma linha produzirá 110 mil toneladas de tomate por ano, além de conservas de milho, ervilha, batata e cenoura. Em Monte Alto (SP), a Fugini processa hoje apenas 30 mil toneladas. No auge, em 2012, terá 500 empregados em três turnos e demandará 85 caminhões para transportar tomate e milho diariamente. "Vamos gerar muito emprego aqui", diz o gerente de operações Geraldo Silva, ao listar vagas para manutenção de máquinas e serviços terceirizados.

Aos 40 anos de atividade, a catarinense Incotril também planeja um salto estratégico no Centro-Oeste. Investirá R\$ 5,5 milhões em nova planta de conservas de milho, ervilha, pepino e atomatados. Encurralada pela concorrência de indústrias do Planalto Central, a família Weschenfelder rendeu-se às contas. Em Cristalina, cortará os

custos pela metade, elevará em 45% o rendimento das lavouras e reduzirá, de 45 para 25 dias, o tempo de colheita.

"Aqui, vamos fazer até quatro safras por ano, sem gente parada nem maquinário ocioso", diz o empresário Luiz Augusto Weschenfelder. Formado em direito, mas forjado na lida industrial da Incotril, o jovem de 25 anos mudou-se com mulher e filha para erguer a fábrica, capaz de processar 250 toneladas diárias de tomate.

Na vizinha Luziânia, a 60 km de Brasília, o entusiasmo é semelhante. A cidade tem o sétimo PIB industrial do Estado, lidera as exportações agropecuárias e abrigará, a partir de 2011, um novo frigorífico de R\$ 100 milhões da brasiliense Asa Alimentos. "Luziânia tem, além do benefício tributário, muito milho para garantir o abate diário de 600 mil aves que faremos no futuro", resume o empresário Aroldo Amorim. A Asa, que demanda um milhão de aves por semana em suas quatro plantas, fará a integração de 400 aviários com capacidade para 20 mil aves cada. "É um novo modelo de desenvolvimento".

Sede estadual de agroindústrias como a multinacional Bunge, a tradicional Goiás Verde e a Minuano-JBS, a cidade também tem a Brasfrigo, coligada do grupo financeiro BMG. A indústria gera mil empregos e investiu R\$ 10 milhões para modernizar e verticalizar a produção de milho, ervilha e tomate em sete fazendas, com 12 mil hectares.

Na mesma região de influência econômica, na cidade de Goiandira, a mineira Emifor Alimentos fará nova fábrica de R\$ 5,8 milhões para produzir macarrão instantâneo, achocolatados, leite em pó, caldos e temperos culinários. A empresa faz alimentos para Carrefour, La Valle e União. Próximo dali, em Morrinhos, a Conservas Olé industrializará milho, ervilha, tomate e outros legumes em uma nova planta. A tradicional empresa da família Auricchio investirá em 85 mil metros quadrados no distrito industrial local, onde terá a companhia da cooperativa láctea Complem, situada em uma das maiores bacias leiteiras do país.

Para a tradicional Goiás Verde, concorrência é bem-vinda – Mauro Zanatta - Valor econômico – Especial – 11/03/2010

A migração de tradicionais fábricas de alimentos para o Planalto Central adota como modelo uma das mais bem-sucedidas experiências agroindustriais do país. Nascida nos arredores de Luziânia, no entorno do Distrito Federal, a Goiás Verde Alimentos começou como uma pequena fazenda, em 1981, tornando-se um conglomerado industrial que produz desde a semente das lavouras até a proteína animal bovina.

Admirada entre os concorrentes, e em certos casos até copiada, a companhia da família gaúcha Boni acaba de inaugurar um novo moinho de trigo capaz de processar 2 mil sacas diárias do cereal. E iniciou a construção de uma termelétrica própria para abastecer a recente ampliação da capacidade de processamento de tomate industrial. A produção saltou de 650 para até 2 mil toneladas de polpa de tomate diária. Com isso, a Goiás Verde passará a industrializar 210 mil toneladas de tomate por ano. "Fizemos um alongamento de cadeia produtiva. Para nós, não existe safra. Trabalhamos todos os dias

do ano, plantando ou colhendo", resume o gerente agrícola da empresa, Carmo Spies, ex-executivo de multinacionais do setor.

Dona de 12 mil hectares na região, a Goiás Verde produz sementes de soja, milho, ervilha, tomate industrial, feijão e trigo. Sob sua administração, estão 5 mil hectares de lavouras irrigadas por 52 pivôs centrais de última geração. O conglomerado também toca 8 mil hectares de culturas de sequeiro. E complementa a produção de matérias-primas com a criação de 30 mil cabeças de gado bovino em sistema de confinamento. O ciclo produtivo se encerra com o uso do esterco animal na adubação das lavouras. "Fazemos aqui a integração lavoura-pecuária. Temos oferta garantida, alta produtividade e trabalhamos com técnica modernas, como proteção do solo com plantio direto, adubação orgânica e rotação de culturas", diz Spies.

A atuação da companhia mexe com a região de Cristalina e Luziânia. Empregadora de 950 funcionários diretos, além de outros 150 safristas, a empresa demanda o serviço de 90 caminhões diários para transporte da safra. Parte deles, 20 veículos, é da frota própria. A Goiás Verde também gera dividendos para empresas de manutenção, embalagens e serviços. "Eles têm um projeto muito bom, todo vertical, e com diferenciais importantes", elogia o empresário Marcos Oderich, dono da centenária indústria de alimentos do Rio Grande do Sul. A Oderich já comprou boa parte de sua produção terceirizada da Goiás Verde. Outra empresa que avalia constantemente os passos da Goiás Verde é a paulista Fugini Alimentos. "Mesmo com a construção da nossa fábrica aqui em Cristalina, vamos continuar comprando parte da produção para abastecer nossa fábrica de São Paulo", diz o gerente de operações, Geraldo Silva.

Preparada para expandir sua produção, a Goiás Verde vê com bons olhos a chegada dos concorrentes. "Isso traz gente qualificada para a região. Traz novas tecnologias, qualifica os produtores. Não vemos como empecilho para manter nosso crescimento sustentado", avalia Carmo Spies. As novas empresas, segundo ele, permitirão a consolidação de um "cluster" industrial de conservas e atomatados no Centro-Oeste. (MZ)

População aprova combate à fome – MDS – 17/03/2010

O combate à fome e à pobreza é a área de atuação em que o Governo Federal obtém maior apoio da população brasileira, segundo pesquisa CNI Ibope divulgada nesta quarta-feira (17/3). O índice de aprovação a essas políticas sociais subiu para 69% em março – nove pontos a mais que os números anteriores, aferidos em setembro de 2009, e recorde entre as seis áreas em que ações governamentais são avaliadas positivamente.

A desaprovação à política de combate à fome e à pobreza do governo caiu iguais nove pontos – de 37%, em setembro, para 28%, agora. O saldo positivo é de 41 pontos percentuais.

O levantamento foi encomendado ao instituto de pesquisa Ibope pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foram ouvidas 2.002 pessoas em 140 Municípios de quase

todos os Estados (somente Acre, Amapá e Roraima constituem um núcleo único equivalente aos demais Estados), entre os dias 6 e 10 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais (para mais ou para menos), com 95% de intervalo de confiança.

Brasil debate segurança alimentar e água com Rússia, Índia e China – MDA – 25/03/2010

25/03/2010 16:52

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, viajou nesta quinta-feira, 25, para Moscou, onde participará da Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), que vai acontecer entre 26 e 28 de março. Na pauta do encontro estão a segurança alimentar, os programas sociais de alimentação e as mudanças climáticas.

A criação de um sistema para gerenciar os dados sobre produção, estocagem, necessidade de consumo e preços dos alimentos pode ser um dos desdobramentos da reunião. O sistema serviria para controlar os estoques de grãos nos quatro países e estabelecer um mecanismo de cooperação em caso de emergências, assegurando assim, a segurança alimentar nos países do BRIC. Os quatro países estão entre os sete que mais produzem grãos em todo o mundo. O Brasil ocupa a sétima posição. Além disso, os países do BRIC estão entre os dez com maior rebanho bovino e suíno.

A troca de experiências sobre as políticas públicas para a agricultura é outro tema em debate. A Rússia quer conhecer melhor os programas desenvolvidos pelo governo brasileiro, principalmente o que trata sobre a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. A lei 11.947, aprovada em 2009, determina que pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à compra da produção familiar rural. A medida, além de incentivar a agricultura familiar, contribui para uma alimentação mais saudável nas escolas públicas já que os produtos servidos aos alunos são provenientes da região onde eles moram e estudam.

Meio Ambiente

Outra tema em debate na reunião em Moscou é o meio ambiente. Brasil, Rússia, China e Índia, compõem, nessa ordem, a maior reserva de água doce do planeta. Encontrar soluções para proteger e gerenciar os mananciais é uma preocupação comum aos quatro países.

Além do encontro geral dos ministros, Guilherme Cassel também fará reuniões bilaterais com os representantes de cada país. A primeira delas será com o ministro da Agricultura da China, Han Changfu. Em seguida, Cassel se reúne com seu colega indiano, Sharad Pawar. Por fim, o ministro brasileiro se encontra com a ministra russa, Elena Skrynnik.

MDS investirá R\$ 28 milhões na agricultura familiar – MDS – 25/03/2010

Já foram publicados os resultados provisórios de dois editais públicos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A mesa técnica para os selecionados, inicialmente prevista para acontecer nos dias 31 de março e 1º de maio, em Brasília, foi adiada para 6 e 7 de abril

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), vai investir R\$ 28 milhões de reais em dois editais públicos - nº 02/2010 e 03/2010 - para participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Os resultados provisórios estão disponibilizadas no endereço eletrônico: www.mds.gov.br/editais.

Para o primeiro edital, 63 Municípios foram selecionados. Cada um poderá receber, no mínimo, R\$ 450 mil e, no máximo, R\$ 1.350.000,00, conforme a população e o projeto. O recurso total é de R\$ 25,3 milhões. Puderam participar Prefeituras que operam ou já tenham operado o Programa e que disponham de Cozinha Comunitária ou Banco de Alimentos ou Restaurante Popular.

Para o edital nº 03/2010 foram selecionados sete Municípios: Ipatinga, Montes Claros e Sete Lagoas (MG), Ferraz de Vasconcelos (SP), Petrolina (PE), Joinville (SC) e Colombo (PR). Esses Municípios já possuem Restaurantes Populares com o apoio do ministério. Juntos, receberão R\$ 2,7 milhões, sendo que para cada um, no mínimo, R\$ 450 mil e, no máximo, R\$ 1.340.000. As administrações desses Municípios se comprometeram a transformar a gestão terceirizada dos restaurantes em gestão direta ou cooperativa.

Mesa técnica - Os Municípios que não foram selecionados pelos editais têm até o dia 25 de março para interpor recursos quanto ao resultado provisório. No dia 29 de março, o MDS divulga o resultado final em seu site e também no Diário Oficial da União. **Os selecionados deverão participar de mesa técnica para formulação dos projetos técnicos nos 6 e 7 de abril.**

O objetivo da parceria entre MDS e Municípios é promover a segurança alimentar e nutricional, a partir da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o abastecimento de entidades socioassistenciais cadastradas e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias.

Os Municípios selecionados passaram por critérios de pontuação que levaram em conta a caracterização da realidade socioterritorial e a situação de insegurança alimentar das famílias; a capacidade de gestão e integração das políticas de desenvolvimento social e combate à fome e, finalmente, a qualificação da proposta.

Início – O PAA é desenvolvido em parceria com governos estaduais, municipais e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura. Os recursos liberados pelo MDS são repassados aos Estados e Municípios por meio de convênios. A ação prevê a dispensa de licitação e fixa o teto de compra em R\$ 4,5 mil ao ano, por agricultor, e R\$ 8 mil na produção do leite.

Os recursos para o Programa vêm sendo ampliados a cada ano. Em 2009, foram disponibilizados R\$ 478 milhões em todo o Brasil. Desse total, R\$ 273 milhões foram

destinados à Conab para a operacionalização do programa em todos os Estados brasileiros. Ainda, por meio de convênios, foram destinados R\$ 31,8 milhões para as Prefeituras e R\$ 173,6 milhões para os governos estaduais, incluídos os Estados do Semiárido que executam o PAA Leite, também conhecido como Leite Fome Zero.

Atualmente, o PAA compra alimentos de mais de 140 mil agricultores familiares para abastecer mais de 80 mil entidades de assistência social e rede de equipamentos públicos.

Adriana Scorza

Brasil, Rússia, Índia e China implantam controle para estoques de alimentos MDA – 29/03/2010

29/03/2010 00:00

Pela primeira vez o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa de uma reunião dos ministros da Agricultura dos países que formam o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O encontro começou nesta sexta-feira, 26, em Moscou e termina no domingo, 28. Na pauta estão a segurança alimentar, os programas sociais de alimentação e as mudanças climáticas.

Os quatro países estão entre os sete que mais produzem grãos em todo o mundo. Mesmo assim, é grande a preocupação dos BRIC com a segurança alimentar, não só nos próprios territórios, mas em todo o planeta. “Como os estudos da ONU (Organização das Nações Unidas) apontam que será necessário um incremento de 70% na produção de alimentos até 2025, precisamos encontrar soluções para garantir a segurança alimentar. Este é um dos nossos objetivos nesta reunião”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Durante o encontro na capital russa, será elaborado um sistema único para gerenciar os dados sobre produção, estocagem, necessidade de consumo e preços dos alimentos. O sistema servirá para controlar os estoques de grãos nos quatro países e estabelecer um mecanismo de cooperação em casos de emergências, assegurando, assim, a segurança alimentar mundial.

Cassel destacou também que os BRIC estudam medidas para facilitar o comércio entre eles, além de combinarem medidas que protejam a agricultura familiar. A experiência do Brasil nos últimos sete anos, quando uma série de políticas públicas foram criadas pelo Governo Federal para fortalecer a agricultura familiar, foi apresentada pelo ministro brasileiro aos seus colegas.

A Rússia tem especial interesse no Programa de Alimentação Escolar, que destina 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEF) para a compra de produtos da agricultura familiar.

Empresários

Além do encontro com os ministros, Cassel também se reuniu com a Associação Nacional de Café e Chá da Rússia. O ministro pretende estabelecer relações entre as cooperativas brasileiras produtoras de café e os empresários russos interessados no produto brasileiro, incrementando, assim, o comércio entre os dois países. Na reunião, Cassel também sinalizou o interesse do setor leiteiro em realizar negócios com a Rússia.

As questões ambientais estão na pauta do encontro de ministros. Brasil, Rússia, China e Índia compõem, nessa ordem, a maior reserva de água doce do planeta. Encontrar soluções para proteger e gerenciar os mananciais é uma preocupação comum aos quatro países.

Além do encontro geral dos ministros, Cassel também fez reuniões bilaterais com os representantes de cada país. Ele se encontrou com o ministro da Agricultura da China, Han Changfu, com seu colega indiano, Sharad Pawar e com a ministra-anfitriã, Elena Skrynnik.

Só ciência não basta para elevar oferta de alimentos - Laurie Goering – Valor Econômico – Agronegócios – 30/03/2010

Alimentar uma população global em crescimento acelerado em vista da mudança climática e das estagnadas verbas para ajuda alimentar e pesquisa agrícola exigirá uma reformulação básica da agricultura, dizem especialistas.

Ao contrário da "Revolução Verde" que aumentou dramaticamente a produção agrícola na América Latina e Ásia a partir dos anos 1950, porém, uma nova reestruturação precisará se concentrar tanto em novas variedades de sementes como em governança adequada, capacitação de mulheres e em colocar limites à especulação com commodities, acrescentaram.

"Não podemos abordar os riscos da segurança alimentar mundial unicamente através de uma ciência e de uma agenda tecnológica", disse Joachim von Braun, ex-diretor-geral do Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Públicas para Alimentação, numa conferência realizada domingo.

"Precisamos conseguir as regulamentações de mercado apropriadas para impedir a especulação excessiva", acrescentou, na conferência, realizada no sul da França para discutir um caminho para reformar a pesquisa agrícola a fim de atender metas de desenvolvimento. A especulação nos mercados de alimentos contribui para fomentar oscilações de preços que podem minar a capacidade de planejamento dos agricultores, muitas vezes induzindo-os à superprodução ou à subprodução.

A falta de apoio político e de recursos para pesquisa agrícola também está entre os maiores problemas que limitam os esforços para aumentar a produção e para alimentar mais de um bilhão de pessoas famintas no mundo, disse Jacques Diouf, diretor-geral da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

"Temos os programas, temos os projetos, temos o conhecimento... Temos tudo que precisamos, menos vontade política", disse ele, acrescentando que surgiram indícios de mudanças. "Percebemos que o problema da segurança alimentar não é unicamente

um problema técnico, econômico e ético. É um problema de paz e segurança no mundo".

Até 2050, a população mundial deverá aumentar, de 6,3 bilhões hoje para mais de 9 bilhões, portanto a produção agrícola precisará crescer em 70% para alimentar essas pessoas, segundo o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura.

Mas o mundo enfrentará desafios dramáticos para alcançar esse objetivo, alertaram os especialistas. O investimento e a pesquisa agrícola estagnaram ou caíram por todo o mundo por décadas, e o crescimento em lavouras cruciais como o arroz se estabilizou, dizem, acrescentando que o elevado endividamento nacional, em parte como resultado da crise financeira global, diminuiu a probabilidade de aumentos em ajuda de doadores para pesquisa.

A mudança climática também está provocando a piora das secas, enchentes e tempestades. Essas pressões poderão reduzir drasticamente a produção agrícola nas regiões do mundo mais flageladas pela fome, na África e no Sul da Ásia, e poderão agravar problemas existentes como o uso excessivo de aquíferos, desertificação e erosão. "A mudança climática agravará uma situação já em deterioração", disse o porta-voz do IFAD, Kevin Cleaver.

Inverter os problemas, ele e outros dizem, exigirá uma série de mudanças, como refrear subsídios agrícolas do mundo rico, assegurar que os pequenos agricultores tenham direitos às suas terras e identificar novas fontes de recursos para pesquisa agrícola. **(Tradução de Robert Bánvölgyi)**